

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PAULA FRASSINETTI

INTERVENÇÃO SOCIAL

SABERES E CONTEXTOS



Título

Actas do Encontro de Intervenção Social:
Saberes e Contextos

Comissão Organizadora

Ana Maria Serapicos; Daniela Gonçalves;
Fátima Rodrigues; Florbela Samagaio Gandra;
Gabriela Trevisan; Paula Medeiros

Apoio Técnico e Secretariado

Margarida Pechincha

Propriedade, Editor e Distribuidor

Escola Superior de Educação de Paula
Frassinetti

R. Gil Vicente, 138-142 · 4000-255 Porto

T· 225573420 · F· 225508485 · dir@esepf.pt

Tiragem

500 exemplares

Design

Pedro Serapicos

Paginação

José Teixeira

Impressão

Greca · Outubro 2006

Depósito legal n.º 248690/06

ISBN: 972-99174-3-4

ISBN: 978-972-99174-3-1

A informação contida neste livro é da
responsabilidade dos autores.

Porto, Outubro de 2006.

INTERVENÇÃO SOCIAL

SABERES E CONTEXTOS



ÍNDICE

PREFÁCIO	9
SABERES E CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL	13
SURDEZ: FACTOR DE EXCLUSÃO SOCIAL?	19
OS PORQUÊS DOS QUÊS	27
PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR FACE A ALGUNS GRUPOS MINORITÁRIOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA	33
PROBLEMAS, DILEMAS E DESAFIOS ÉTICOS NA INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA	61
A VÍTIMA DE VIOLÊNCIA: PERSPECTIVA MÉDICO-LEGAL	75
O MEDO À CIDADE	99
«ANJOS NO INFERNO» – O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOBRE AS CRIANÇAS AS CRIANÇAS QUE NÃO PODEM DIZER NÃO...	111
ELEMENTOS SOBRE A EXPOSIÇÃO PRÉ-NATAL A SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS	121
SENIORES: UM NOVO ESTRATO SOCIAL	129
PSICOLOGIA POSITIVA, SAÚDE E LONGEVIDADE	139
ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: OS DESAFIOS DO PRESENTE	145
OS GRANDES VECTORES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO ENVELHECIMENTO	157
PROBLEMÁTICAS ACTUAIS DA JUVENTUDE: PROBLEMÁTICAS ALIMENTARES	163
TRIBUNAIS E FAMÍLIA: COLABORAÇÃO OU CONFLITO?	169
AMIGOS(AS) E NAMORADOS(AS): RELACIONAMENTOS ENTRE PARES	175
PROJECTO DE HUMANIDADE NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA	195
POR UM NOVO CONTRATO SOCIAL	199

PROBLEMAS, DILEMAS E DESAFIOS ÉTICOS NA INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

ISABEL BAPTISTA

Instituto de Educação/Universidade Católica Portuguesa, Porto

NOTA PRÉVIA:

Antes de apresentar o texto que serve de base à comunicação, gostaria de expressar a felicidade que sinto por poder participar neste Encontro, saudando desde já a sua oportunidade e pertinência. Agradeço naturalmente aos seus promotores, à Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, mas permitam-me que o faça na pessoa da Dra. Ana Serapicos, uma presença humana que marca a minha vida desde há muitos anos. E é disso, afinal, que trata a ética, conforme tentarei dizer. Tal como a entendo, a ética diz respeito à capacidade de honrar a forma como o outro entra no nosso mundo, nos interpela e nos interrompe, trazendo sentidos novos. Agradeço, pois, também a ocasião de dar testemunho público do meu apreço por esta professora.

61

RESUMO

Perspectivando a pedagogia social como uma pedagogia de proximidade humana fundada no respeito do outro enquanto outro, proponho-me interrogar os saberes e os contextos da intervenção sócio-educativa a partir de uma responsabilidade profissional eticamente investida.

Promotores privilegiados de uma utopia do humano, os técnicos que intervêm na área da chamada acção social confrontam-se hoje com problemas, dilemas e desafios que requerem o exercício de uma sabedoria prática assente em valores como hospitalidade, responsabilidade e bondade. No centro do seu trabalho estão as pessoas e os seus projectos. Pessoas reconhecidas na sua vulnerabilidade mas também, e sobretudo, na sua perfectibilidade.

Até onde pode ir o compromisso moral dos técnicos da acção social? Por onde passa a linha de equilíbrio entre a intencionalidade pedagógica e a exigência

de um feito ou de uma atitude? Na singularidade de uma fome? Na surpresa de uma obra? Num certo jeito de vestir, de falar ou de sorrir?

Valorizar a diferença do outro a partir de qualquer um dos seus atributos circunstanciais significa, na realidade, ignorar o essencial. A alteridade de cada ser humano, a sua separação em relação ao universo das coisas possuíveis e visíveis, está numa verdade irreduzivelmente singular formada e consolidada como vida interior e que, assim sendo, só nos pode ser revelada pelo próprio – o sujeito dessa interioridade. Daí a importância dos espaços de participação enquanto lugares privilegiados para o acolhimento da expressão original de cada subjectividade que, a meu ver, corresponde a um acto de cidadania por excelência. Lévinas chama «rosto» ao testemunho físico de uma interioridade, à possibilidade da sua apresentação pessoal. Contrariando as visões clássicas subjacentes ao contractualismo, o filósofo sustenta que a entrada do outro na nossa esfera do mesmo, a presença em sociedade de um ser capaz de rosto, não representa um limite ou uma ameaça à liberdade individual, mas a sua condição (1992). Alicerçada numa vida interior, a expressão de unicidade, própria do rosto, introduz no mundo uma significação de tal modo extraordinária que desafia as nossas certezas, as nossas rotinas, o nosso poder de poder e, desse modo, abre horizontes inesperados de realização e sentido.

Entendo que deve ser essa uma das missões fundamentais da acção social, a de promover condições de produção, e de revelação livre, das intenções interiores. Que o mesmo é dizer, promover condições que permitam a cada pessoa viver, escrever, ler, interpretar e contar a sua própria história num ambiente de paz, de estima social e de mútuo reconhecimento. O que pretendo fundamentar ao longo do texto, e seguindo a inspiração levinasiana, é que a capacidade de abordarmos o outro como rosto, é indissociável da disponibilidade para nos darmos como rostos, arriscando expor o lado mais sensível da nossa condição humana. Uma missão difícil e quase impossível para os agentes de proximidade humana, chamados a desempenhar a sua responsabilidade profissional em contextos muito problemáticos e junto de pessoas especialmente vulneráveis e ameaçadas no seu direito ao rosto.

Obscurecido por estratégias de vida alimentadas em círculos de ódio e indiferença, o mundo em que vivemos carece de uma visão positiva sobre o humano que deverá ser, antes de mais, uma visão positiva sobre o outro homem. E é aí, pois, na garantia de acolhimento da significação original testemunhada por cada rosto, que deve ser procurado o pulsar da cidadania e da democracia. Não existe solidariedade ou justiça fora do respeito pelo segredo interior, fora do direito ao rosto, ao nome, à memória, ao sonho, à palavra pessoal.

Pugnar por condições de valorização das intenções interiores, subjectivas, não é o mesmo que advogar o individualismo ou o isolamento. Pelo contrário, estamos perante uma concepção de subjectividade eminentemente relacional. As pessoas estão inevitavelmente separadas pelo que têm em comum, a possibilidade de constituição de uma interioridade. É nessa condição, afinal, que nos reconhecemos mutuamente como sujeitos de liberdade. Se não houvesse separação não faria sentido falar em exigência de relação. Outra pessoa é outra história de vida – outras memórias, outros sonhos, outros desejos. Impossibilitados de penetrar nesses outros universos interiores, resta-nos então estar próximos. É importante que o tentemos, perseverantemente. Porque é isso o que nos faz ser pessoas, a relação com o sentido que nos transcende, nos traz novidade, nos obriga ir sempre mais longe e nos investe de responsabilidade.

Proximidade é relação, é movimento, é caminho.

Alicerçada nestes pressupostos, é a própria experiência intersubjectiva que surge justificada como valor ético por excelência. Para os profissionais da acção social, a relação deverá ser sempre mais do que um recurso técnico ao serviço de uma qualquer estratégia de intervenção. A relação é, simultaneamente, meio e fim.

Mas até onde pode, ou deve, ir a dinâmica de contacto humano aqui descrita como proximidade?

65

Que contextos sociais, que modelos ou práticas de intervenção, favorecem a produção, e a revelação, do segredo pessoal?

Em que medida é possível impedir que as pessoas desapareçam por detrás das máscaras situacionais que, positivamente, servem para as identificar num determinado contexto relacional?

Como conciliar o respeito pela dignidade do único, pela misteriosa identidade de cada ser, com a manutenção das mediações necessárias à realidade institucional e comunitária?

Assim colocadas no coração da actividade profissional, estas questões remetem-nos para o desempenho de uma responsabilidade difícil, para a capacidade de reconhecer nos direitos do outro a razão de ser dos nossos deveres, os mais elementares e quotidianos.

3. INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA E ECONOMIA DO DOM

3.1 O modo difícil de ser «com e para o Outro»

Abordar o outro como rosto, procurando respeitar a sua diferença essencial, não justifica o impudor, o desrespeito, a violação da identidade pessoal. O outro

não é um providenciador da diferença no sentido de simples fornecedor da novidade num mundo que sofre de tédio. Como lembra Zygmunt Bauman, para alguns residentes da cidade contemporânea, protegidos nas suas pequenas fortalezas residenciais, nos seus escritórios luxuosamente vigiados e no conforto dos seus carros sofisticados, a estranheza do outro pode surgir tão agradável como a praia, o surf ou o restaurante da esquina que oferece sabores exóticos (2001). Por outro lado, numa sociedade de conhecimento, onde o apelo à actualização permanente é muito forte, a relação com a diferença tende também a confundir-se com a avidez de informação. A alteridade de outrem surge assim, mais uma vez, reduzida a simples bem de consumo. É preciso, é urgente, afirmar outra lógica de relação.

O outro não é coisa, alimento ou obra.

O outro é o próximo – um sujeito capaz de segredo.

O outro é outra liberdade.

O respeito pelo mistério da interioridade, pelo segredo que permanece segredo e, dessa forma, pela humanidade comum, repousa numa atitude de humildade, de acolhimento, de cortesia e de deferência. Seja qual for o nível de relação ou de mediação, o primeiro movimento deve ser de hospitalidade, de recepção e dádiva, e não de afirmação egoísta.

Porque nunca conseguimos entrar no mundo interior de outra pessoa, a sua presença é sempre uma interpelação, mas uma interpelação que é um convite à aprendizagem, à escuta e ao cuidado. O autor de «Totalité et Infini» fala-nos a este respeito num irremediável atraso, já que quando chegamos ao encontro de outra pessoa, seja qual for a sua idade, somos desde logo confrontados com pensamentos, acontecimentos e emoções que já existiam antes de os termos descoberto, que foram produzidos fora de nós mesmos. As rugas que mapeam o rosto da pessoa idosa, por exemplo, são um belo indício desse atraso e por isso devem ser olhadas com deferência. As rugas, como outros sinais do rosto, justificam a responsabilidade do encontro intersubjectivo, lembrando-nos o enorme privilégio de podermos ser ensinados. Isto é, de podermos receber a verdade que vem de fora de nós, que só nos pode ser proposta por outra pessoa.

Proximidade é hospitalidade, logo também responsabilidade. Mas uma responsabilidade que se mede por referência aos interesses do outro e que, como tal, se deixa transbordar em bondade. Se existe esfera do agir onde esta capacidade de transbordamento da responsabilidade faz mais sentido ela é, sem qualquer dúvida, a área da intervenção social. Adoptando o sentido da expressão «economia do dom» proposto por Paul Ricoeur (1990), vejo essa possibilidade de transbordamento como a forma de inscrever a acção humana numa rede sim-

bólica mais ampla que transcende a esfera do egoísmo e transforma a experiência moral numa experiência de amor, generosidade e dádiva. Na verdade, a bondade traduz o poder de transcendência que define o homem ao seu nível mais essencial, distinguindo-o de outras espécies animais.

Este princípio de uma economia do dom, ou bondade, deve iluminar todas as medidas de política social que, por definição, se movem numa lógica de equivalência e de reciprocidade – de justiça. Não há aqui qualquer contradição. A bondade ilumina a justiça mas não a substitui, nem dispensa a lógica de retribuição que caracteriza as exigências do viver em comum. Mas é preciso igualmente reconhecer que a justiça não começa, nem se esgota no direito. Evoco a este propósito as palavras de Bento XVI na sua primeira Encíclica, «a justiça é o objectivo e, consequentemente, também a medida intrínseca de toda a política. Mas a política é mais do que uma simples técnica para a definição dos ordenamentos públicos: a sua origem e o seu objectivo estão precisamente na justiça, e esta é de natureza ética» (2006). Quer-se com isto dizer que justiça e caridade se reclamam mutuamente, conforme Lévinas tanto sublinha.

Em prol da justiça e da solidariedade, os caminhos da intervenção social têm vindo, legitimamente, a afirmar-se numa linha de ruptura com as práticas de caridade e os movimentos de voluntariado. Reconhecendo a separação entre o que é da ordem do humanismo e o que é da ordem do humanitarismo, tal como foi denunciado por Paulo Freire, e tendo aqui bem presente o exemplo de outras profissões hoje ameaçadas pelos riscos da funcionarização, julgo que os valores da dedicação desinteressada ao próximo, da generosidade e mesmo da misericórdia, que tradicionalmente animam as dinâmicas de voluntariado, constituem um património precioso, um capital de experiência, das profissões sociais.

Trabalhamos «com as pessoas» motivados pela intenção de ser «para as pessoas», de agir em favor do seu interesse e do seu projecto de vida. Com dedicação profissional mas também com capacidade de entrega pessoal e espírito de ajuda. É a própria identidade profissional que fica em causa quando se reduz a entrega ao outro a uma habilidade de tipo instrumental. Ou seja, e ao contrário do que é comumente sugerido, o caminho que leva à proletarização de funções apoia-se num tecnicismo divorciado de uma economia do dom. Reduzir a responsabilidade a uma dimensão meramente técnica significa, na realidade, empobrecer o espaço de decisão e de autoria profissional.

4. ÉTICA E QUALIDADE NA INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

4.1 As políticas, as instituições, as comunidades, as redes, as parcerias

Para ser eficaz, para tornar-se efectiva, a intervenção social não pode ficar circunscrita apenas a uma dinâmica interpessoal. Partilho inteiramente da posição dos autores que alertam para os efeitos perversos de uma exaltação excessiva da experiência intersubjectiva vivida no «entre dois», como se tudo dependesse das virtudes da comunicação empática ou da boa vontade dos técnicos que gerem a relação.

A verdade é que, em rigor, toda a intervenção é uma mediação. Todos os projectos de mudança implicam uma teia de compromissos e contratos que, funcionando como quadros estruturantes de relações humanas, condicionam os itinerários pessoais e, conseqüentemente, as estratégias de acompanhamento. As instituições enquadram e formalizam essa cadeia de contratualização e co-responsabilização, garantindo a sua estabilidade. É preciso dizê-lo, o funcionamento do Estado Social carece da existência de instituições justas e eficientes.

Por outro lado, o cuidado com as pessoas passa, necessariamente, pela atenção aos sinais que marcam a sua presença no mundo comum e, nessa medida, pela atenção aos contextos onde trabalham, gozam, amam e sofrem. O poder de qualquer intervenção comunitária reside mesmo nessa capacidade de enraizamento, condição de proximidade. Do ponto de vista ético, portanto, seria de todo inaceitável pretender ignorar os factores de condicionamento existencial. Não é aliás por acaso que problemas humanos como a pobreza, a marginalização ou a violência, mereçam tanto destaque num Encontro como este. O facto de trabalharmos com seres humanos que sofrem estes problemas, na sua carne e na sua alma, torna-nos moralmente responsáveis por esse sofrimento. E esta responsabilidade compromete-nos, a todos, com a exigência de políticas adequadas, desenhadas em estreita relação, em diálogo reflexivo, com os tempos e os lugares onde acontece o esforço quotidiano de ser.

A actual tendência para a territorialização e descentralização das medidas de intervenção sócio-educativa enquadra-se nesta linha de actuação. É curioso até constatar que muitas destas medidas são apresentadas como «políticas de proximidade», temos hoje um «jornalismo de proximidade», uma «polícia de proximidade» e, porque não, uma «intervenção social de proximidade. Remeto-os a este propósito para o relatório sobre proximidade elaborado pelo Comité Europeu das Regiões. Os responsáveis políticos apelam aí para que as instituições tentem, o mais possível, imiscuir-se nas diferentes esferas da gestão regional e local de forma a poder «pegar» nos cidadãos e assim conseguir «conquistar-lhes o coração e a razão» (Cf. Bruxelas 2001).

Mas de que proximidade se trata afinal? Será suficiente aproximar os centros de decisão dos cidadãos e implantar os serviços numa outra escala geográfica?

Estar fisicamente perto das pessoas e dos seus espaços de vida, pode, na verdade, significar um reforço de poder e de controlo, mais do que a ampliação de espaços de uma cidadania participativa. É aqui que, compreendido em sentido ético, o apelo à primordialidade do «face a face», feito de modo reconhecidamente obsessivo pelo filósofo lituano, nos é precioso. Mais do que olhar o outro como «agente activo» de estratégias previamente desenhadas, mais do «envolver» as pessoas, tentando «conquistar-lhes o coração» como refere o relatório europeu anteriormente citado, trata-se de procurar encontrar, em cada contexto, respostas conducentes à revelação da dignidade dos seres únicos. Manter a referência a uma «significação sem contexto», própria do rosto, obriga-nos a ter presente que o outro não é o «cliente», o «utente», o «beneficiário», o «sem-abrigo» ou um indivíduo abstracto, anonimamente incluído na categoria de «destinatário» ou «população-alvo».

O outro, qualquer outro, é um rosto.

Esta consciência torna-nos mais aptos para a promoção de laços de comunidade para lá da comunidade, caminhando então no sentido de um humanismo universalista. Porque não basta construir comunidades coesas, fortes em sentido de pertença e de identidade mas indiferentes entre si, se não mesmo beligerantes. Urge romper com as fronteiras que actualmente separam os diferentes «guetos sociais», sejam eles pobres ou ricos. Como vêm denunciando muitos especialistas da área da sociologia, o isolamento das zonas desfavorecidas não constitui mais do que uma face visível, e cruel, da segregação física e simbólica que caracteriza a paisagem social contemporânea.

Cabe aos agentes de desenvolvimento humano a responsabilidade de ajudar a encontrar os fios que nos permitam entrelaçar o contributo de diferentes actores sociais numa base de cooperação e ajuda mútua, colocando assim as práticas de intervenção social ao serviço de uma geografia humana mais flexível e mais permeável à entrada do outro. As redes sociais são redes relacionais e só funcionarão como autênticas redes de apoio na medida em que formos capazes de gerar capital social a partir do capital de confiança que existe em todas as pessoas, em todas as comunidades de mediação, em todas as instituições.

Mais uma vez, o desafio passa por recusar as visões redutoras que, neste caso, nos fazem olhar as redes sociais numa lógica formal e instrumental. Existe aqui um grande trabalho a fazer no sentido da promoção de uma cultura de proximidade que nos faça resgatar valores morais como o «dar a palavra», o saber honrar uma promessa, o ser capaz de se (com)prometer para lá dos contratos e dos

protocolos que servem de suporte a parcerias muitas vezes circunstanciais e sem qualquer ligação com a teia humana que a sustenta e lhe dá sentido.

Esta preocupação deve estar igualmente presente dentro da vida institucional. De acordo com a concepção abrangente aqui adoptada, falar de ética nas instituições implica ir para lá da visão tradicional que tende a circunscrever este tipo de reflexão ao campo das deontologias, aos deveres profissionais dos diferentes actores. Ora, é toda a dimensão organizacional que está em causa. As instituições sócio-educativas não são apenas muros, paredes ou regulamentos. Elas são comunidades humanas que, como tal, devem estar subordinadas a compromissos morais, expressivos da qualidade relacional que determina a sua vida institucional.

Ouvi há tempos o ex-presidente norte-americano Bill Clinton advogar que a relação de paz com os povos distantes começa na atitude pessoal que gera ondas de solidariedade para com os mais próximos, como aconteceu na ajuda às vítimas do Katrina. Pois é exactamente assim que vejo a mensagem levinasiana, acreditando que é na capacidade de ver no rosto de cada «tu» o terceiro, todos os homens, que começa a justiça.

5. ESPECIALISTAS DE MÃOS VAZIAS, ADVOGADOS DO IMPOSSÍVEL

5.1 Tempo humano e produção de diferença

A promoção de uma cultura de proximidade humana, necessária em todos os âmbitos da vida social requer profissionais devidamente preparados e qualificados. Escolho designá-los pelas metáforas «especialistas de mãos vazias» e «advogados do impossível» numa tentativa de fazer justiça à dificuldade, à pertinência e ao valor da sua missão. Uma missão que, em muitos aspectos, poderemos considerar quase impossível, de facto Socorri-me da primeira metáfora pela primeira vez há muitos anos e para sublinhar a especificidade do trabalho dos educadores sociais que, significativamente, a têm vindo adoptar quase como «divisa profissional», mas ela pode ser extensiva a todos os técnicos da intervenção social. Embora, de certa maneira, ela pareça contradizer tudo o que vem sendo afirmado a propósito da proximidade ética. Na verdade, quem é capaz de se dar como rosto chega à presença do outro de mãos cheias e não de mãos vazias, é essa a condição da hospitalidade, da responsabilidade e da bondade.

Mas mais do que um sentimento de impotência, a expressão «mãos vazias» traduz a consciência de que é preciso apresentarmo-nos ao outro «desarmados», despidos de certezas e de dispositivos metodológicos. Por mais competências de carácter científico e técnico que possuam, e têm que possuir, a formação é um

direito mas também um dever, os técnicos da acção social só conseguirão estabelecer laços de comunicação com a pessoa a seu cargo se forem munidos de uma força moral, de uma sabedoria ética, que os habilite para a arte do encontro interpessoal onde, afinal, começa todo o projecto de mudança.

Num mundo tão desencantado e céptico, cabe-lhes afinal a difícil tarefa de despertar desejos de futuro em pessoas que se encontram incapazes de assumir o seu próprio presente, de tal forma ele surge sem sentido e sem esperança. Esta responsabilidade explica também o recurso à segunda metáfora, porque, tal como sublinha Daniel Innerarity na afirmação que encabeça este texto, se queremos mudar a face do mundo é preciso que usemos ser mais do que simples «advogados do existente». O que, ao mesmo tempo, nos recorda que os agentes de proximidade estão envolvidos na relação intersubjectiva com uma intencionalidade bem determinada e que a sua acção, podendo desenvolver-se num face a face, inscreve-se sempre num projecto mais vasto, obedecendo a valores colectivamente assumidos e a orientações partilhadas. Na verdade, uma autoridade profissional sustenta-se e distingue-se pela referência a princípios éticos comuns que devem ser assumidos nos diferentes patamares de decisão política. Considerando as competências éticas dos profissionais da relação, julgo que importa ter em conta alguns princípios de acção. Sublinho aqui os seguintes:

Reconhecimento da perfectibilidade de todas as pessoas. A esperança no futuro começa numa visão positiva sobre o outro que, na condição de sujeito de um segredo, é sempre portador de novidade e riqueza. Todos os seres humanos são susceptíveis de evolução seja qual for a sua situação na vida.

Crença na educabilidade, isto é, na possibilidade de mudança a partir de uma acção pedagógica, por mais difícil que a educabilidade possa parecer em determinadas situações. As dificuldades não podem servir para justificar comportamentos de desistência, demissão ou negligência.

Paciência da vontade. É justo visar o melhor, mas nem todos os meios são legítimos para o obter. No outro pólo da relação está alguém que possui o poder de interpelação, de contestação e de resistência. Mais do que testemunhar a chegada a uma meta, trata-se de ajudar a encontrar os meios que permitam, a cada um, chegar lá pelo seu «próprio pé» e no seu próprio tempo. Todos os processos de aprendizagem pessoal são lentos e tateantes.

Sensibilidade ética. Capacidade de ser profundamente afectado pelo destino do outro. Escuta activa, atitude de acolhimento, aceitação do outro enquanto outro.

Distância óptima. É preciso estar suficientemente próximo para sentir o outro, para estabelecer com ele laços de cumplicidade e confiança, mas sem perder a

capacidade de afastamento crítico, necessária à manutenção de uma autoridade pedagógica.

Espírito de renúncia, capacidade para aceitar o pior, sem deixar de desejar o melhor. Evitar confundir o direito ao reconhecimento profissional com uma aceitação positiva por parte do outro, a pessoa a cargo.

Humildade no compromisso. Capacidade para resistir à tentação de se comportar como «demiurgo». Moderação na entrega, capacidade de dúvida; abertura ao imprevisível e ao indecível. Disponibilidade para interrogar as suas próprias intenções interiores.

Tudo isto alicerçado numa consciência profissional exigente, inquieta e interrogativa – ética. Num mundo que tende a favorecer uma «cultura de passerelle», onde abundam os efeitos de cosmética nos discursos e nos comportamentos, esta exigência de interrogação corresponde a um imperativo ético por excelência, representando um compromisso moral com um tempo mais justo e solidário.

6. AGENTES DE PROXIMIDADE HUMANA

6.1 Caminhos de conhecimento, reconhecimento e solidariedade profissional

Para poderem levar a cabo essa grandiosa missão, que em tantos aspectos nos parece impossível, os técnicos de intervenção social precisam ver o seu trabalho conhecido, reconhecido, respeitado e valorizado. Reclamar esse direito, junto das respectivas tutelas institucionais e da opinião pública, corresponde também a um imperativo ético, a um dever profissional.

Mas esta será uma reivindicação vazia, e pouco eficaz, se não for sustentada em dinâmicas de afirmação interiores às próprias profissões. Concretamente no que se refere à construção de um «ethos» profissional, há ainda muito caminho a fazer, não só no que se refere à explicitação de deontologias, mas também em relação a passos urgentes noutros trilhos de solidariedade colegial, como o investimento nas redes de formação, na valorização dos espaços colectivos de reflexão, de escrita e de produção de saber.

No fundo, trata-se de trazer para dentro da vida profissional os valores que devem orientar toda a acção sócio-pedagógica. O respeito pela dimensão de autor que há em cada actor, o direito ao rosto, começa pelo modo como valorizamos o trabalho serviço do outro mais próximo, neste caso o colega ou outro companheiro de serviço. Nada substitui a apreciação positiva feita pelos pares. A assunção da responsabilidade profissional, como toda a responsabilidade, é de carácter pessoal mas exige a consciência da partilha, o sentido do colectivo.

Os contextos de intervenção social são hoje configurados por uma pluralidade de saberes profissionais, por uma heterogeneidade de discursos e de actores, o que traz o desafio da interprofissionalidade para a ordem do dia. Ela é necessária a um trabalho social estruturado em dinâmica de rede, de acordo com os imperativos de acção resultantes de novas realidades, problemáticas, complexas e multidimensionais. Mas importa lembrar que a interprofissionalidade não é um ponto de partida, mas sim um ponto de chegada. Insisto, também aqui, na relevância ética de uma sensibilidade relacional e de uma consciência profissional exigentemente autónoma e reflexiva. É preciso dar um novo sentido ao «inter» da palavra intervenção, ele deve, antes de mais, assinalar um espaço de mediação, um caminho na direcção ao outro. Será este o nosso grande desafio ético. Intervenção social significa diálogo intercultural, intergeracional, interinstitucional e, como não podia deixar de ser, interprofissional.

Comecei por homenagear uma professora, pela mesma razão e no mesmo sentido, quero agora terminar com uma referência especial a três alunas, três educadoras sociais licenciadas pela ESE Paula Frassinetti e hoje a frequentar o mestrado de Pedagogia Social na UCP, a Maria João Carvalho, a Maria João Guerra e a Maria Eugénia Ferreira cujo exemplo de perseverança, labor criativo e sentido de identidade profissional ensinam, inspiram e motivam todos os próximos. A saudação que lhes dirijo é extensiva a todos os outros alunos, do passado e do presente, porque é sobretudo com eles que aprendo todos os dias a ser um pouco mais «advogada do futuro».

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, Isabel. 2005. Dar rosto ao futuro – a educação como compromisso ético. Profedições. Porto.
- 2005b. Educação, Cidadania e Transcendência. In Revista Portuguesa de Investigação Educacional (4). UCP. Lisboa.
- 2006 – Capacidade ética e desejo metafísico – uma interpelação à razão pedagógica. Afrontamento. Porto.
- BAUMAN, Zygmunt. 2001. *La posmodernidad y sus descontentos*. Akal. Madrid.
- BENTO XVI. 2006). *Carta Encíclica, Deus é Amor*. Edições Paulinas. Prior Velho.
- CARVALHO, Adalberto; BAPTISTA, Isabel. 2004. *Educação Social, fundamentos e estratégias*. Porto Editora.
- INNERARTY, Daniel. 1996. *A Filosofia como uma das Belas Artes*. Teorema. Lisboa.
- LÉVINAS, Emmanuel. (1992). *Totalité et Infini*. Paris. Kluwer Academic.
- RICOEUR, Paul. 1990. *Soi-même comme un autre*. Seuil. Paris.